



Vélez Rodríguez explica hoje Escola sem Partido à Comissão de Educação

Ministro vai detalhar os programas prioritários da pasta. Também deve falar sobre educação integral e combate à ideologia de gênero

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, comparece hoje de manhã à Comissão de Educação para apresentar diretrizes e programas prioritários da pasta. Também deverá falar sobre o Escola sem Partido, programa que, entre outras medidas, busca impedir que professores manifestem posições ideológicas e discutam questões de gênero em sala de aula. O senador Confúcio Moura quer que o ministro esclareça sua posição sobre educação integral. **3**



Elis Romoz/Prefeitura de Contagem

Educação integral é um dos temas que deverão ser abordados na audiência com o ministro da Educação, Vélez Rodríguez

Plenário pode votar transferência de imóvel para a União

O Plenário pode votar hoje a medida provisória que transfere para a União 3,8 mil imóveis do INSS. A transferência vai amortizar a dívida da Previdência Social com o Tesouro Nacional.

Após a votação da MP, que está trancando a pauta, os senadores podem analisar outras propostas. Uma delas concede anistia a policiais civis e militares e agentes penitenciários de três estados por atuação em greves ocorridas entre 2011 e 2018.

Outro projeto em pauta institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes. **3**



Carnaval será teste para nova lei contra importunação sexual

Ainda pouco conhecida, a Lei 13.718, de 2018, que prevê pena de um a cinco anos para quem praticar importunação sexual, vai enfrentar seu primeiro teste

no Carnaval deste ano. A opinião é da consultora do Senado Juliana Magalhães. Para ela, a lei defende e protege a dignidade sexual da mulher. **4**



Sejuso/Divulgação

Intenção é aumentar a proteção e eliminar situações constrangedoras

Sindicalistas temem privatização da Previdência

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, sindicalistas disseram que proposta de reforma da Previdência do governo pretende encaminhar

toda a sociedade ao sistema de capitalização. Eles reclamaram do fato de a PEC endurecer os requisitos para recebimento do Benefício de Prestação Conti-

nuada e consideraram que o alegado deficit na Previdência Social é, na verdade, fruto de uma manobra contábil de técnicos do governo. **3**



Gerardo Magela/Agência Senado

Representantes sindicais e especialistas em seguridade social participam de audiência presidida por Paim (3º à esq.)

Economista indicado para o Banco Central será sabatinado hoje

O economista Roberto Campos Neto, indicado para presidir o Banco Central, será sabatinado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos. Na mesma reunião, também

serão sabatinados Bruno Fernandes e João Manoel de Mello, que podem assumir diretorias do BC, e Flávia Perlingeiro, indicada para a Comissão de Valores Mobiliários. **2**

Comissão ouve ministro de Infraestrutura **2**

Reforma suspende visitas ao Congresso no feriado **2**

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou

Sindicalistas: nova Previdência inviabilizará aposentadoria

Participantes de audiência afirmaram que o déficit do setor alegado pelos técnicos do governo é, na verdade, uma manobra contábil e que a reforma busca levar os trabalhadores a aderirem à capitalização

A PROPOSTA DE reforma da Previdência enviada pelo governo ao Congresso é prejudicial aos trabalhadores, disseram ontem sindicalistas em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Segundo eles, isso acontecerá porque a nova carteira de trabalho verde-amarela desincumbirá os empresários de contribuir para Previdência, FGTS e auxílios creche e doença. Eles reclamaram do fato de a proposta desconstitucionalizar temas ligados à Previdência Social e endurecer os requisitos para recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Para o presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), o objetivo real da reforma (PEC 6/2019) é levar o trabalhador a aderir ao sistema de capitalização. O modelo significa, na prática, a privatização, disse Paim.

Representante do Dieese, Alexandre Ferraz pediu atenção ao impacto "desastroso" que a reforma terá sobre o mercado de trabalho do país. Segundo Ferraz, dados do próprio governo indicam que hoje 49% dos trabalhadores são informais e 42% não têm carteira assinada. O desemprego entre jovens já alcança 26%.

— Pouquíssimos trabalhadores conseguirão somar os 40 anos de contribuição para acessarem o benefício pleno.



Em audiência presidida por Paim (4º à esq.), 17 especialistas se revezaram

A reforma empurra os mais pobres para a capitalização, reduz os valores dos benefícios para quem fica, aumenta as alíquotas da classe média e de famílias pobres, além de acabar com a contribuição patronal — afirmou Ferraz.

Manobra contábil

Para os debatedores, o déficit na Previdência Social, estimado em quase R\$ 200 bilhões em 2018, é fruto de uma manobra contábil e não leva em conta nem a legislação, nem problemas de gestão do sistema de seguridade. A advogada Carolina Grassi, do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), disse que o debate precisa levar em conta o custeio do sistema.

— O governo alega que a Previdência é deficitária, mas não menciona a Cofins, que é um dos meios de financiamento. Hoje o cálculo dos benefícios

exclui 20% das contribuições menores, mas a PEC passa a incluir a média de todas.

Ela criticou ainda os critérios para a aposentadora rural, que exigem contribuições anuais de R\$ 600 reais por pelo menos 20 anos. Já o representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Paulo Penteado, reclamou que, entre 2007 e 2016, o Brasil abriu mão de R\$ 2,265 trilhões por meio de isenções previdenciárias. A este montante, segundo ele, somam-se R\$ 1 trilhão fruto do estoque da dívida com o sistema.

Outros participantes da audiência alertaram para o impacto que a reforma terá na economia dos municípios. O representante da Sociedade Brasileira de Previdência Social, José Pinto, informou que 4 mil cidades movimentam mais recursos da Previdência do que dos fundos de participação.

Bezerra avalia que reforma não pode mais ser adiada

Para Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que é líder do governo, a reforma da Previdência não pode mais ser adiada.

— É um assunto que não pode ser postergado, seja pelo déficit crescente, seja pela urgente necessidade de enfrentar privilégios que perpetuam um sistema injusto do ponto de vista social e amarram o país num ciclo de pobreza. Economistas, especialistas e acadêmicos têm expressado apoio à proposta do governo.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Kajuru diz que mudanças não consideram diferenças do país

A proposta de reforma da Previdência é perversa, afirmou Jorge Kajuru (PSB-GO). Para ele, as idades mínimas de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens demonstra desconsideração com as múltiplas realidades de trabalho existentes no país.

— Em vários estados, a expectativa de vida mal chega a 60 anos. E, para ter acesso a 100% da aposentadoria, serão necessários 40 anos de contribuição — disse Kajuru.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Congresso não vai ter visitação durante o Carnaval para manutenção

Entre os dias 2 e 6 de março, do sábado de Carnaval até a Quarta-Feira de Cinzas, o Congresso estará fechado para visitação por conta de obras. Nesse período, será trocado o carpete do Salão Verde e das Galerias do Plenário da Câmara.

O procedimento inviabiliza a presença de visitantes devido ao forte cheiro de cola. Nos mesmos dias, o carpete do Salão Azul do Senado também

passará por limpeza, impedindo o trânsito de pessoas pelo espaço. Os serviços de manutenção interferem em todo o percurso da visita guiada.

— Sentimos por termos que fechar o tour justamente em um momento em que muitos turistas visitam Brasília, mas as intervenções são importantes para a conservação do prédio — explica o coordenador de Visitação Institucional do Senado, Tadeu Sposito.

Comissão sabatina hoje indicados para diretorias e presidência do Banco Central

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sabatina hoje o economista Roberto de Oliveira Campos Neto, indicado para o cargo de presidente do Banco Central (BC). O senador Eduardo Braga (MDB-AM) é o relator da indicação, feita pela Presidência da República.

O presidente da comissão, Omar Aziz (PSD-AM), decidiu realizar, na mesma reunião, as sabinas de Bruno Serra

Fernandes e João Manoel Pinho de Mello, indicados para diretorias do BC, e Flávia Sant'Anna Perlingeiro, indicada para diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Rodrigo Pacheco (DEM-MG) é o relator da indicação de Fernandes, e Wellington Fagundes (PR-MT), de Pinho de Mello. A indicação de Flávia Perlingeiro é relatada por Tasso Jereissati (PSDB-CE).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CAE Sabinas para o Banco Central

10h Sabatina de indicados para presidência e diretorias do Banco Central. Antes, análise de empréstimos para a cidade de Fortaleza e para a Paraíba.

CSE Instalação e eleição

11h A Comissão Senado do Futuro elege presidente e vice para 2019-2020.

CE Ministro da Educação

11h30 Audiência com o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez.

CTEC Eleição do vice-presidente

11h30 Eleição do vice-presidente. Depois, análise de requerimentos.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Abre a pauta a MP 852/2018, sobre a transferência de imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social para a União.

CI Ministro da Infraestrutura

15h Audiência com o ministro de Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Bulte
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão faz audiência hoje com ministro da Educação

Vélez Rodríguez vai apresentar as diretrizes e programas prioritários da pasta. Ele também deve explicar aos senadores o Programa Escola sem Partido e a proposta de combate à ideologia de gênero

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) faz hoje, às 11h30, uma audiência pública com o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez. Convidado para apresentar diretrizes e programas prioritários da pasta, Vélez Rodríguez deve falar, entre outros temas, sobre o Escola sem Partido, defendido por Bolsonaro durante a campanha eleitoral. O programa busca impedir que professores manifestem suas posições ideológicas, façam propaganda político-partidária e discutam questões de gênero em sala de aula. Também prevê a colocação de cartazes com deveres dos professores e proíbe que os docentes incitem os estudantes a participar de manifestações.

Ao tomar posse em janeiro, o ministro afirmou que combaterá a “ideologia de gênero” e o “marxismo cultural”

— É preciso combater o que se denominou de ideologia de gênero, com a destruição de valores culturais, da família, da igreja, da própria educação



Marcos Correa/PR

Ricardo Vélez Rodríguez deve ser questionado sobre educação integral

e da vida social — defendeu. O assunto é polêmico e divide a opinião de parlamentares e especialistas.

Políticas

O senador Confúcio Moura (MDB-RO) quer saber a avaliação do ministro sobre educação integral e como colocará em prática o Plano Nacional de Educação (PNE). O plano fixa diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024, com o objetivo de melhorar a

qualidade do ensino.

— Pretendemos questionar sobre o que o ministro entende como educação integral e sobre o PNE. Vamos ouvir quais são os planos daqui para a frente, nesses quatro anos de governo — disse o senador em pronunciamento na semana passada.

Convidado pelo presidente da CE, Dário Berger (MDB-SC), Vélez Rodríguez também deve tratar de outros temas, como a medida provisória que trata da educação domiciliar.

Titular da Infraestrutura expõe planos da pasta hoje a colegiado

O ministro de Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, será ouvido hoje pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Ele prestará informações sobre as diretrizes e as prioridades da sua pasta.

A convocação do ministro do setor para esclarecimentos, que é feita anualmente

pela CI, foi antecipada para o início do ano por requerimento do presidente da comissão, senador Marcos Rogério (DEM-RO), diante da preocupação dos parlamentares com a segurança das barragens e da busca de providências para evitar acidentes como os de Brumadinho e Mariana (MG).

Comissão de Transparência elege seu vice-presidente

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) pode eleger hoje, às 11h30, seu vice-presidente.

Logo depois da eleição, há previsão da votação de dois requerimentos. Um deles solicita audiência pública para debater a desocupação do bairro do Pinheiro em Maceió. Desde o ano passado, várias rachaduras apareceram em ruas e imóveis da região, preocupando os moradores. O autor do requerimento é o presidente da CTFC, senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL).

O segundo requerimento,

de Mara Gabrielli (PSDB-SP), pede a criação de uma subcomissão temporária para avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

Senado do Futuro

A Comissão Senado do Futuro (CSF) também elege hoje presidente e vice-presidente para o biênio 2019/2020. O objetivo da comissão é discutir temas que podem impactar o futuro do país e orientar a atuação do Senado em relação a esses temas, de acordo com o Regimento Interno da Casa.

Plenário pode votar medida que transfere imóveis para a União

A medida provisória que transfere para a União 3,8 mil imóveis do INSS deve ser votada hoje em Plenário. A MP 852/2018 tranca a pauta e precisa ser votada até 3 de março, quando perde a vigência.

Segundo o texto, os imóveis serão administrados pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU). A transferência vai ajudar a reduzir o déficit

previdenciário, com a amortização das dívidas do Fundo do Regime Geral de Previdência Social com o Tesouro Nacional. O valor total dos imóveis pode passar de R\$ 6 bilhões. Com as modificações feitas na Câmara dos Deputados, a MP passou a tramitar como Projeto de Lei de Conversão (PLV) 1/2019.

O texto também extinguiu o Fundo Contingente da an-

tiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA), liberando cerca de R\$ 1,4 bilhão em imóveis, que poderão ser alienados, doados ou cedidos pela SPU.

Assim que a pauta for liberada, os senadores podem votar o Projeto de Lei (PL) 395/2019, que concede anistia aos policiais militares do Espírito Santo e do Ceará e aos policiais militares e civis

e agentes penitenciários de Minas Gerais por atuação em greves ocorridas entre 2011 e 2018. O relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) é Major Olímpio (PSL-SP), que deve dar seu parecer em Plenário.

Também está na pauta o projeto que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral

à Saúde da Pessoa Diabética (PLC 133/2017). O objetivo da política é apoiar o desenvolvimento científico e a formação e a educação continuada de profissionais e pacientes.

Os senadores também podem decidir sobre o desarquivamento do PLS 194/2014, que cria a Política Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares na Segurança Pública.

Telmário: Brasil não deve interferir na Venezuela

O senador Telmário Mota (Pros-RR) criticou ontem a operação de envio de alimentos e medicamentos à Venezuela, realizada no sábado. Para ele, o Brasil não poderia ter aceitado a missão de transportar mantimentos enviados pelos Estados Unidos.

— Será que os Estados Unidos estão preocupados com democracia venezuelana, com direitos humanos? Foram eles que inviabilizaram economicamente a Venezuela. O Brasil tem tradição de ser um país mediador e não podemos nos ajoelhar para os Estados Unidos e humilhar a nossa nação.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Alvaro Dias apresenta voto de censura a Maduro

A condução do governo venezuelano por Nicolás Maduro foi criticada por Alvaro Dias (Pode-PR). Para o senador, a iniciativa se justifica pela crise, que segundo ele, agravou-se devido ao regime ditatorial.

— Fazendo pouco caso do drama vivido por milhões de pessoas que passam fome, o alcaide chegou a afirmar que a ajuda humanitária não passava de uma tentativa de complô.

O senador pediu que governo federal concentre esforços para socorrer os brasileiros retidos na Venezuela, a maioria deles, caminhoneiros.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Girão quer detalhar empréstimos do BNDES à Venezuela

Eduardo Girão (Pode-CE) anunciou que apresentará requerimento na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) para esclarecer os financiamentos concedidos pelo BNDES ao governo venezuelano. Para ele, o apoio do Brasil aos governos venezuelanos colaboraram com a crise naquele país.

— Os últimos governos brasileiros, alinhados ideologicamente, emprestaram, por meio do BNDES, algo em torno de R\$ 11 bilhões ao governo venezuelano.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Plínio Valério pede vacinação contra gripe em Manaus

Plínio Valério (PSDB-AM) pediu ontem ao Ministério da Saúde que antecipe a campanha nacional contra a gripe em Manaus, que ocorreria em abril. Segundo ele, nos primeiros meses do ano aumenta na região o número de ocorrências de infecções respiratórias causadas pelo vírus H1N1. Até domingo, relatou o senador, 149 casos foram diagnosticados e 4 mortes confirmadas na capital.

— As vítimas são duas crianças menores de 5 anos e dois adultos jovens entre 21 a 35 anos. Há casos de óbitos ainda em investigação. A situação é grave, muito grave.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Wellington, crise não afetou Mato Grosso

Wellington Fagundes (PR-MT) lembrou ontem o aniversário de 300 anos de Cuiabá, que será comemorado em 8 de abril. O senador destacou o crescimento de Mato Grosso e disse ainda que, apesar da crise pela qual passa o Brasil, seu estado só cresceu nos últimos 20 anos.

— No governo passado, mesmo com a crise, Mato Grosso aumentou a sua arrecadação. E, neste governo, o estado continua aumentando a arrecadação. É claro que temos problemas de evasão fiscal, de ineficiência do governo, mas Mato Grosso é um estado em desenvolvimento.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Carnaval é teste para lei que protege mulher

Sancionado em setembro pela Presidência da República e ainda pouco conhecido, texto prevê pena de um a cinco anos de prisão para quem praticar importunação sexual

Reportagem: Nelson Oliveira
Edição: Pedro Pincer e
Maurício Müller

NO CARNAVAL DESTES ano, as mulheres terão um recurso a mais contra o assédio: a lei que prevê pena de um a cinco anos de prisão para quem pratica importunação sexual. Aprovada pelo Senado em agosto e sancionada em setembro pela Presidência da República, a Lei 13.718, de 2018, ainda é pouco conhecida.

Justamente por isso, ninguém espera que, por causa da lei, o comportamento dos homens mude. Na opinião da consultora do Senado e especialista em direito penal Juliana Magalhães Fernandes Oliveira, os festejos que começam oficialmente no sábado serão o primeiro grande teste para as novas normas. Tipicamente no Carnaval aumentam ocorrências de assédio físico.

Mais rigor

Até seis meses atrás, esses atos eram punidos basicamente com multas de R\$ 318 a R\$ 47,7 mil e, no máximo, curtos períodos de prisão. Levando em conta a legislação, os juízes entendiam que se tratava de importunação ofensiva ao pudor ou molestamento, contravenções penais previstas nos artigos 61 e 65 do Decreto-lei 3.688, de 1941. A contravenção é uma falta considerada mais leve que o crime. Pode ser punida com multa e ou com prisão simples (regime aberto ou semiaberto), enquanto o crime requer a pena de reclusão (regime inicial fechado) ou detenção (regime inicial semiaberto), dependendo da gravidade.

Mesmo no caso de um homem que se masturbou e ejaculou no pescoço de uma passageira de ônibus em São Paulo, há um ano e meio, o juiz entendeu que não havia crime de estupro. Afinal, ele não submeteu a vítima a força nem a ameaçara — ainda que a própria circunstância a tivesse inibido em sua defesa.

Esse caso provocou indignação e contribuiu para a busca de uma punição intermediária entre a mera contravenção e o crime de estupro. Projetos das ex-senadoras Vanessa Grazziotin e Marta Suplicy e do senador Humberto Costa (PT-PE) foram então reunidos a outras propostas da Câmara pela ex-deputada Laura Carneiro.

A atuação das duas Casas do Congresso mostrou-se

bem-sucedida, ao elevar o grau de cidadania de pessoas usualmente expostas a constrangimentos e violência sexual. É preciso deixar claro que a nova lei vale para pessoas de qualquer sexo ou gênero, embora os agressores em sua maioria sejam homens.

— O texto da lei atende às expectativas: tutela, ou seja, protege e defende, o bem jurídico que é a dignidade sexual da mulher — observa a consultora do Senado.

Conforme Juliana, essa tutela tem força apesar de o artigo incorporado ao Código Penal (215-A) não especificar as condutas entendidas como “ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”. Segundo ela, “a leitura da lei é genérica, característica do direito penal, mas tecnicamente não há erro” por abranger “todos os casos que não são estupro”.

A especialista chama a atenção para as zonas cinzentas que cercam, por vezes, os episódios de importunação sexual. O que alguns podem considerar um ato sem maior importância e “parte da festa”, como o tradicional beijo roubado, agora é crime de importunação. Já o beijo à força ou qualquer outro gesto que dificulte ou impeça a vítima de se defender ou fugir é crime de estupro — independentemente de haver penetração.

O uso da força determinou o indiciamento por estupro do mesmo homem que a Justiça havia libertado por ejacular na passageira. Numa transgressão muito semelhante uma semana depois, ele tentou impedir a vítima de escapar, o que agravou a importunação.

Condenação

Em novembro, dois meses depois de sancionada a lei, um outro homem ejaculou em uma mulher no metrô de São Paulo. Esse foi condenado, por importunação, a três anos de reclusão.

Os números nacionais da aplicação da lei ainda não estão disponíveis no Conselho Nacional de Justiça. No Distrito Federal, foram registrados 53 casos entre setembro e dezembro. No mesmo período aumentaram em São Paulo os registros de “outras ocorrências contra a dignidade sexual”.

Uma proposta remanescente da legislatura passada, o PLS 64/2015, do senador Romário (Pode-RJ), também criminaliza o contato

físico para fins libidinosos, bem como a divulgação do ocorrido, punindo-os com prisão e multa. O texto dispõe, ainda, que “os responsáveis pelos serviços de transportes, cuidarão da segurança das passageiras, reservando área privativa e afixando aviso de que o ato constitui crime”.

Recém-chegada ao Parlamento, Leila Barros (PSB-DF), apresentou no início desta legislatura projeto (PL 549/2019) que altera o Estatuto do Torcedor (Lei 10.671, de 2003).

A proposta estabelece que as torcedoras sejam protegidas contra qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhes cause risco de morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico ou dano moral ou patrimonial.

Leila situa “as práticas violentas e assediadoras” no contexto de “histórico machista e paternalista da sociedade brasileira”. Para ela, o efetivo cumprimento da Lei 13.718 depende de divulgação.

Ao observar que agora as vítimas de assédio terão “maior respaldo do poder público”, a senadora mandou um recado aos foliões: “Divirtam-se com segurança e, sobretudo, respeito”.

Saiba Mais

Onde denunciar a importunação sexual

- Disque 190 ou diretamente com policiais militares
- Disque 180 ou diretamente nas delegacias de atendimento à mulher
- Delegacias de polícia
- Disque 100 Secretaria dos Direitos Humanos

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Importunação sexual agora é crime

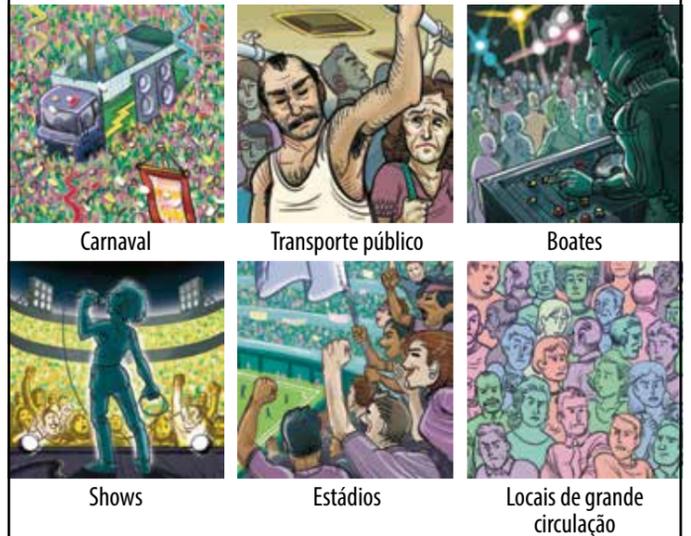
Entenda as consequências legais desse tipo de molestamento e o que o distingue de outras infrações penais

“Tocar o corpo de outra pessoa, sem consentimento dela, para obter prazer sexual”

Antes. Contravenção penal, punível com multa ou prisão de 15 dias a dois meses (Decreto-Lei 3.688, de 1941)

Hoje. Crime de importunação sexual, punível com prisão de um a cinco anos (Lei 13.718, de 2018)

Locais com ocorrências frequentes



Atenção: beijo, só o consentido



Campanha sobre assédio sexual no metrô: casos em São Paulo causaram indignação e contribuíram para a nova lei